

Parque das Serras do Porto PLANO DE GESTÃO

Estudos Prévios e Metodologia de elaboração do Plano

PROCESSO PARTICIPATIVO – 1ª FASE
UMA AGENDA COMUM - 1ª SESSÃO
6ª feira, 23 de fevereiro ESCOLA DA AZENHA

NOTA: As fotografias aqui apresentadas são propriedade dos autores dos Estudos Prévios do Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto, todos os direitos reservados.



EQUIPA TÉCNICA

Consultores

Coordenação setorial

Teresa Andresen (COORD GERAL)
Gonçalo Andrade (XSCAPES)

Geologia e mineração do ouro

Alexandre Lima (FCUP)
João Moutinho (ARCM)
Roberto Matias (UPM)
Sara Leal (FCUP)
Vítor Gandra (ARCM)

Floresta e defesa contra incêndio

António Salgueiro (GIFF)
Paulo Fernandes (UTAD)
Carlos Loureiro (GIFF)

Património natural

Paulo Alves (FLORADATA)
Duarte Silva (FLORADATA)
Davide Fernandes (FLORADATA)
Joana Sá (FLORADATA)

Património cultural

Teresa Andresen
Gonçalo Andrade (XSCAPES)

Design relatório

Daniel Oliveira (XSCAPES)

Equipas municipais

Raquel Viterbo (AMPSP)

Antónia Silva (CMP)
Rosa Bessa (CMG)
Natália Félix (CMP)
Gisela Martins (CMV)

Teresa Neves (CMG)
Miguel Rodrigues (CMP)
José Gonçalves (CMV)

Iva Rodrigues (CMG)
M^a João Nunes (CMP)
Raquel Viterbo (CMV)

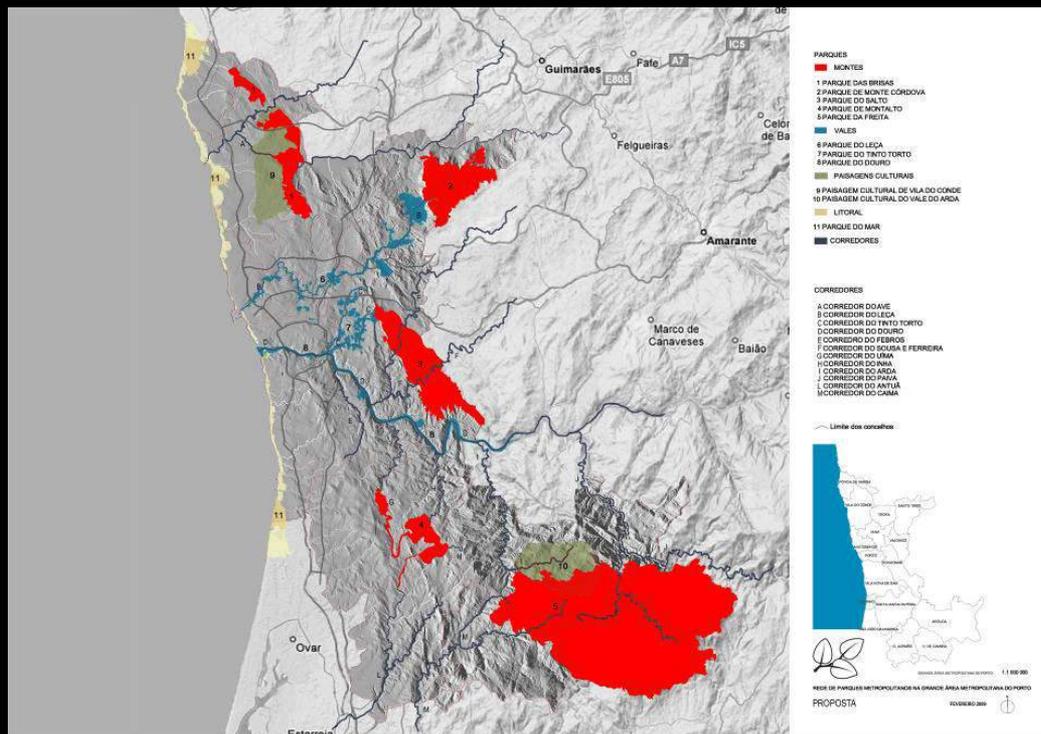
Natércia França (CMG)
Antónia Silva (CMP)
Cristina Madureira (CMV)

Entidades

FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
UPM - Universidad Politécnica de Madrid

ARCM - Alto Relevo Clube de Montanhismo
GIFF - Gestão Integrada de Fogos Florestais

AMPSP - Associação de Municípios Parque das Serras do Porto
CMG - Câmara Municipal de Gondomar
CMP - Câmara Municipal de Paredes
CMV - Câmara Municipal de Valongo



PARQUE DAS SERRAS DO PORTO – 5974 HA
PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL

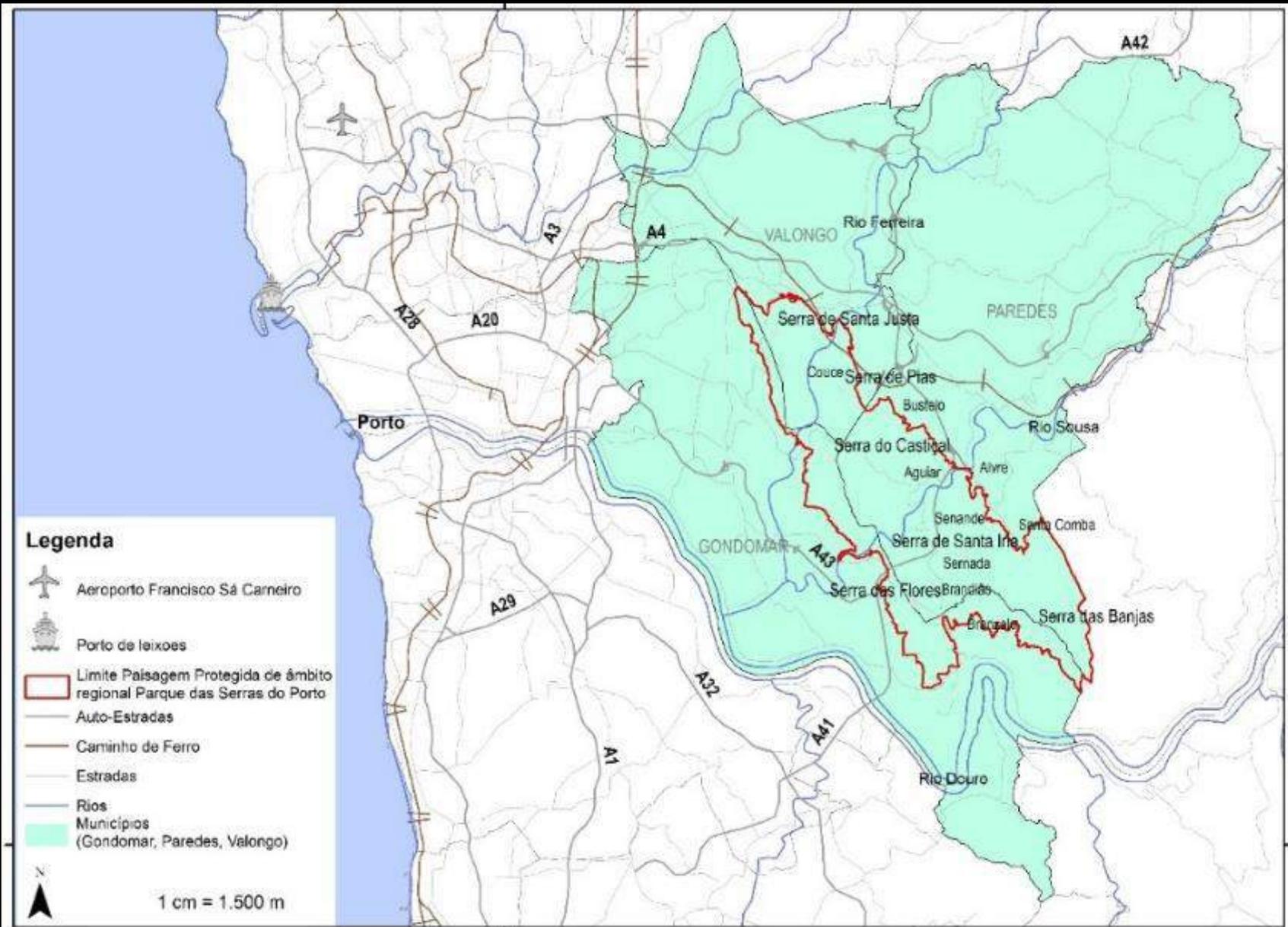


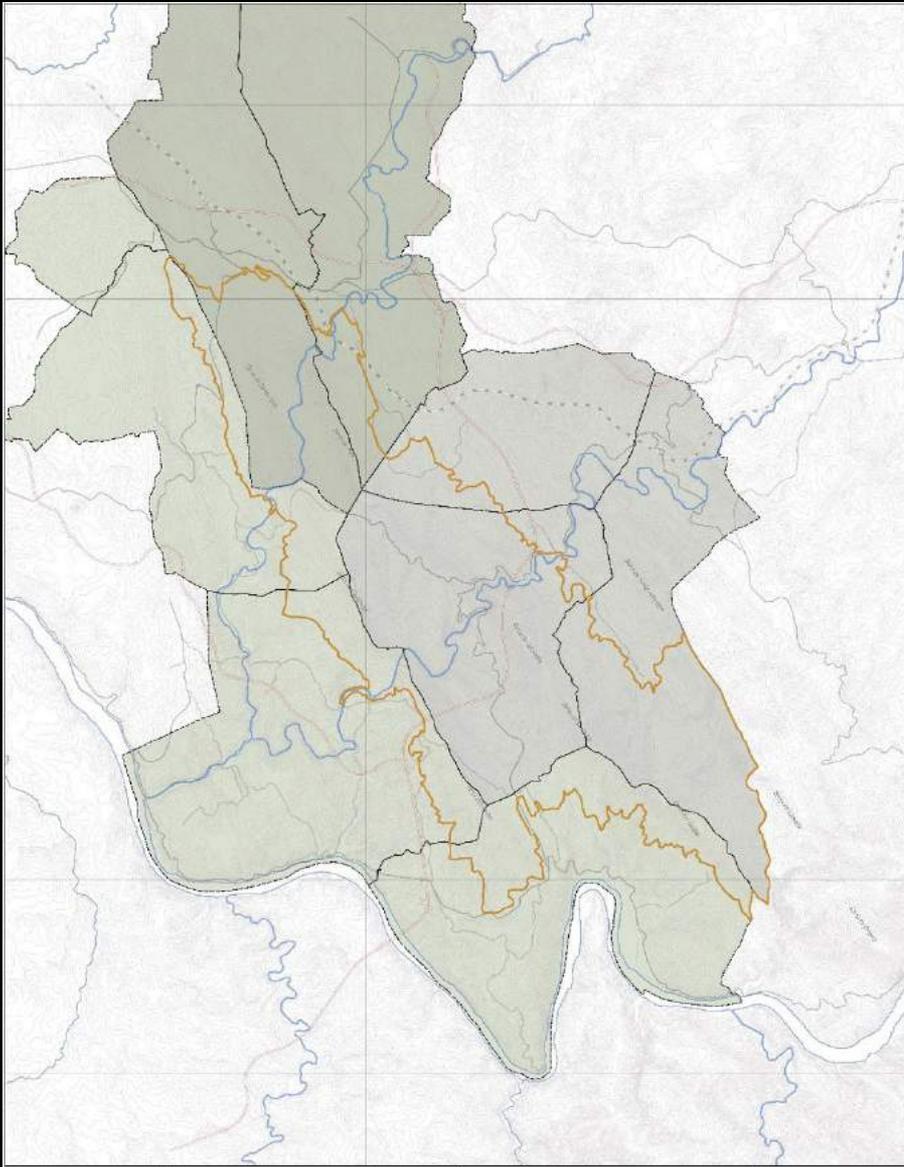
SERRAS: SANTA JUSTA, PIAS, CASTIÇAL, FLORES, SANTA IRIA E BANJAS

RIOS: FERREIRA E SOUSA









GONDOMAR

União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

União das Freguesias de Covelo e Foz de Sousa

União das Freguesias de Melres e Medas

PAREDES

Aguiar de Sousa

Recarei

Sobreira

VALONGO

União das Freguesias de Campo e Sobrado

Valongo

20 de junho de 2015
ACORDO DE COLABORAÇÃO



29 de fevereiro de 2016.
Aprovação da criação da Associação de
Municípios do Parque das Serras do Porto



18 de abril de 2016

Assinatura da escritura de constituição da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto

(Gondomar, Paredes e Valongo)

- Uma Pessoa Coletiva de Direito Público de natureza associativa e âmbito territorial
- Uma associação de municípios de fins específicos (Lei 75/2013)
- A Associação tem como fim principal a criação e a gestão do **Parque das Serras do Porto ...**
- Os Órgãos da Associação são:
 - Assembleia Geral*
 - Conselho Executivo*
 - Conselho Fiscal*
 - Conselho Consultivo*

18 de maio de 2016
TOMADA DE POSSE DOS ORGÃOS DA AMPSeP



A DISCUSSÃO PÚBLICA
27 de junho a 05 de agosto 2016
Aviso nº 7409-C/2016

PROPOSTA DE
REGULAMENTO DE
GESTÃO

PROPOSTA DE
LIMITES



23 de novembro de 2017
NOVA TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS DA AMPSeP

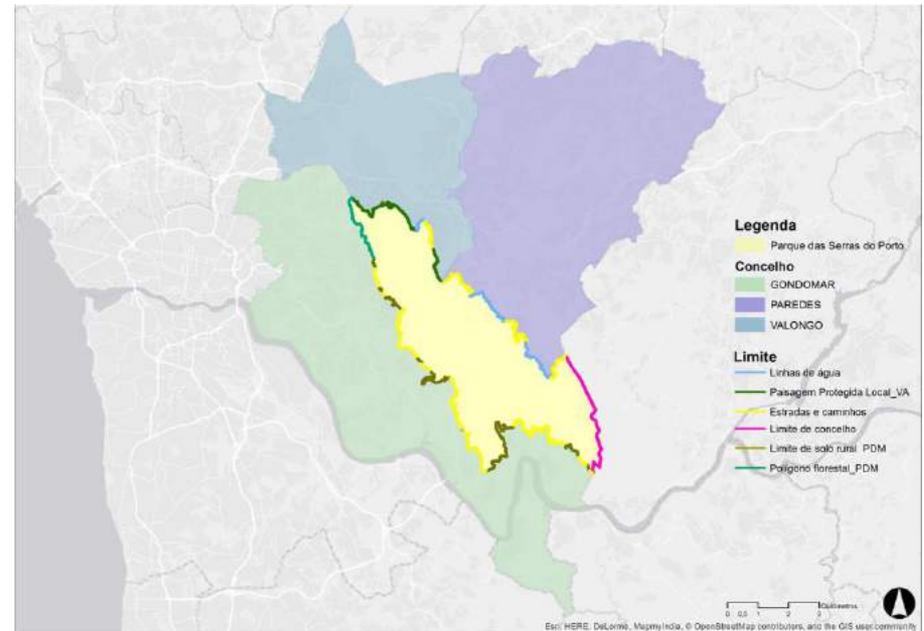


Capítulo I - Objetivos, Órgãos e Competência

Capítulo II - Atos e Atividades Interditas e Condicionadas

Capítulo III - Normas de Fiscalização e Regime Contraordenacional

Capítulo IV - Disposições Finais



Capítulo 1 - Artigo 4º Plano de Gestão

- A paisagem protegida de âmbito regional será dotada de um Plano de **Gestão** nos termos do nº2 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo **Decreto-Lei nº 242/2015**, de 15 de outubro, **a elaborar no prazo até 24 meses a contar da entrada em vigor do presente regulamento.**

Aviso n.º 2682/2017 de 15 de março

- Classificação do Parque das Serras do Porto como Paisagem Protegida Regional



Artigo 19º

Paisagem protegida

1 — Entende-se por «paisagem protegida» uma área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural.

2 — A classificação de uma paisagem protegida visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

a) A conservação dos elementos da biodiversidade num contexto da valorização da paisagem;

b) A manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;

c) O fomento das iniciativas que beneficiem a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços.

Artigo 9º

Âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas

1 — O Sistema Nacional de Áreas Classificadas, abreviadamente designado por SNAC, é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelas áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

2 — Sem prejuízo da existência dos programas e planos territoriais previstos na lei, **podem ser adotados planos de gestão** para áreas classificadas ou planos específicos de ação para a conservação e recuperação de espécies e *habitats* no âmbito do SNAC.

Artigo 13º

Gestão das áreas protegidas

1 — A gestão das áreas protegidas de âmbito nacional compete à autoridade nacional.

3 — A gestão das áreas protegidas de **âmbito regional** ou local compete às comunidades intermunicipais, às associações de municípios ou aos respetivos municípios.

4 — **As tarefas de gestão das áreas protegidas** de âmbito nacional, **regional** ou local, ou suas partes, bem como o exercício de ações de conservação ativa ou de suporte, **podem ser contratualizadas com entidades públicas ou privadas.**

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PSEP É UM PROCESSO QUE PRETENDE:

- Garantir o conhecimento dos valores identificados e o envolvimento dos residentes e proprietários e de todas as partes interessadas
- Consensualizar o reconhecimento desses valores e das dinâmicas da paisagem
- Definir estratégias de utilização, valorização e rentabilização.

OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO:

- Definir **medidas e ações** para a proteção e promoção das características e dos valores do PSeP atendendo à sua circunstância socioeconómica, no curto e médio prazo
- Definir **a afetação de recursos à gestão do plano e respetivo retorno** – ambiental, social e económico – de forma a que se garanta a sustentabilidade do modelo de gestão
- Orientar **a decisão sobre a evolução da paisagem protegida de forma partilhada com os proprietários e outras partes interessadas.**

OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GESTÃO DO PARQUE, UMA PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL:

1. A gestão do PSeP é da competência da AMPSeP devotada à gestão da área protegida e munida de órgãos de gestão, recursos técnicos e financeiros.
2. A gestão do PSeP orienta-se pelo respeito pelos pressupostos do Sítio Rede Natura
3. O ordenamento do PSeP baseia-se na aplicação dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e local (PDM, etc).
4. A gestão do PSeP é um processo continuado suportado pela aquisição do conhecimento sobre os valores da paisagem protegida, na respetiva monitorização e gestão adaptativa.
5. A gestão do PSeP baseia-se no Regulamento de Gestão e no Plano de Gestão.

O MODELO DE GESTÃO DO PSEP é de natureza

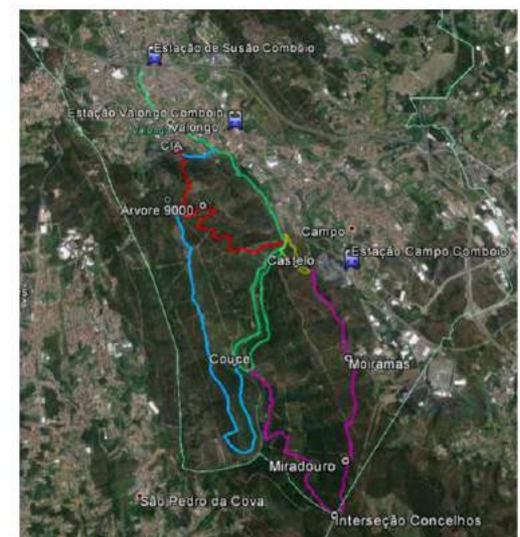
participativa – envolvendo proprietários e todas as partes interessadas,

colaborativa – traduzida num conjunto de acordos de compromisso e acordos de parceria para uma gestão partilhada e

adaptativa – orientando de forma flexível a identificação das ameaças e das oportunidades que se colocam à evolução da paisagem protegida regional

PRÓXIMOS PASSOS DO PLANO DE GESTÃO

- A segurança das populações – residentes e visitantes - e da floresta: um plano de defesa contra incêndios e de gestão da floresta com destaque para o combate às infestantes
- As medidas integradas de conservação do património (natural e cultural) e o lazer
- Planificação a 15 anos dos trabalhos de prospeção arqueológica e da mineração romana
- Reforço da componente do turismo e recreio no plano
- Definição de um plano de monitorização



ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

1. ESTUDOS PRÉVIOS:

julho 2017 - janeiro 2018

2. PROPOSTA DE PLANO DE GESTÃO:

fevereiro - nov/dez 2018

ESTUDOS PRÉVIOS

O RELATÓRIO FINAL CONTEM **6** RELATÓRIOS SETORIAIS:

1. Mineração: uma história milenar
2. Ocupação do solo e floresta
3. Defesa da floresta contra incêndios
4. Património natural (geologia e biodiversidade)
5. Património cultural
6. História do PSeP: o tempo geológico e o tempo do homem.

Os cinco primeiros relatórios permitem fazer o cruzamento de duas importantes histórias no PSeP:

- o **tempo geológico** ancorado em centenas de milhões de anos e
- o **tempo do homem** com 6000 anos de construção de uma paisagem distinta.



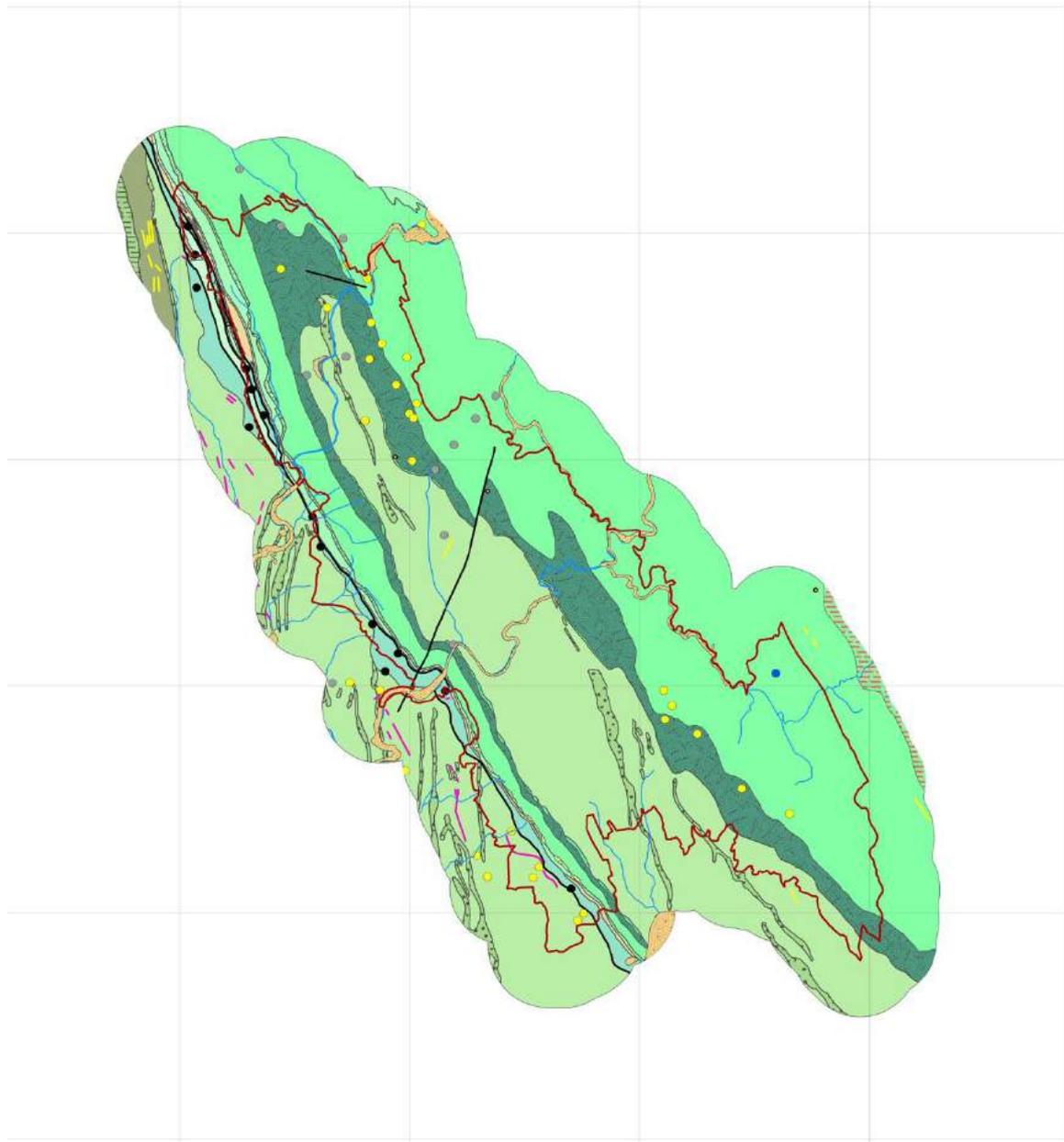
OS VALORES NATURAIS E CULTURAIS DO PSEP

- A geodiversidade
- A biodiversidade
- O património cultural: 6000 anos de presença humana
- Distribuição e localização dos valores

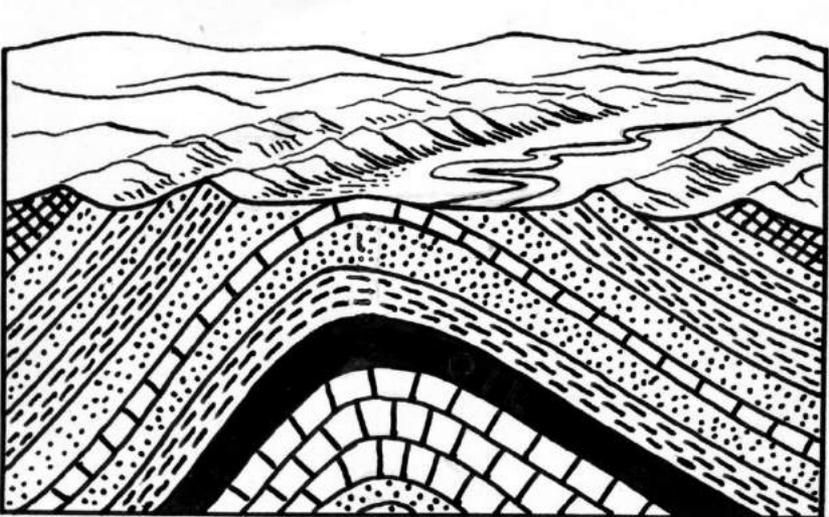
A GEODIVERSIDADE

O Anticlinal de Valongo:
megaestrutura geológica
constituída como uma
dobra assimétrica sujeita a
milhões de anos de ação
dos agentes erosivos

O Anticlinal de Valongo:
aproximadamente
trezentos milhões de anos
da história da Terra
iniciados há cerca de
seiscentos milhões de
anos.



A GEODIVERSIDADE



A BIODIVERSIDADE

As áreas de maior valor para a conservação:

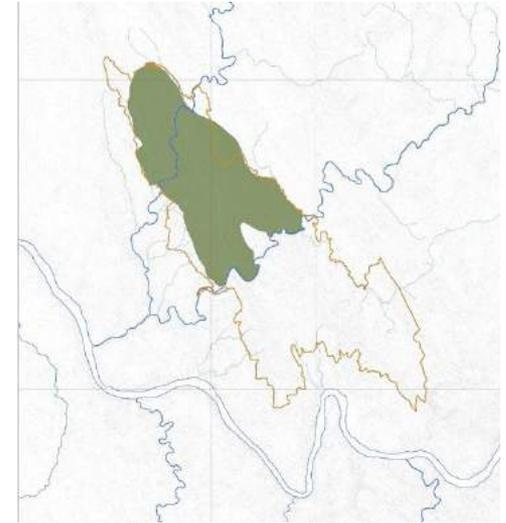
- os vales dos rios Ferreira e Sousa.
- os **micro biótopos**, tais como os fojos ou banjas e as linhas de água sem bosque ribeirinho
- áreas de **matos**.

Na fauna listram-se **42 espécies com estatuto de conservação**.

O caso particular da salamandra (*Chioglossa lusitanica*)



O SÍTIO VALONGO - Rede Natura



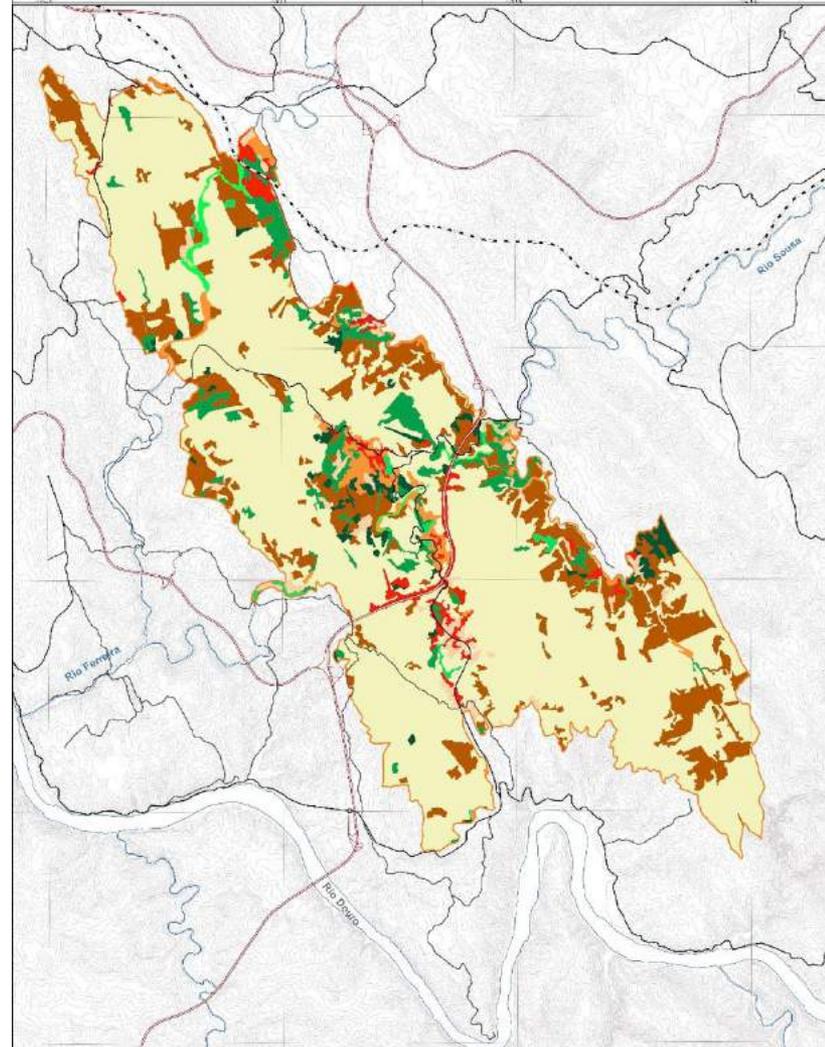
O PROBLEMA DAS INVASORAS



A BIODIVERSIDADE



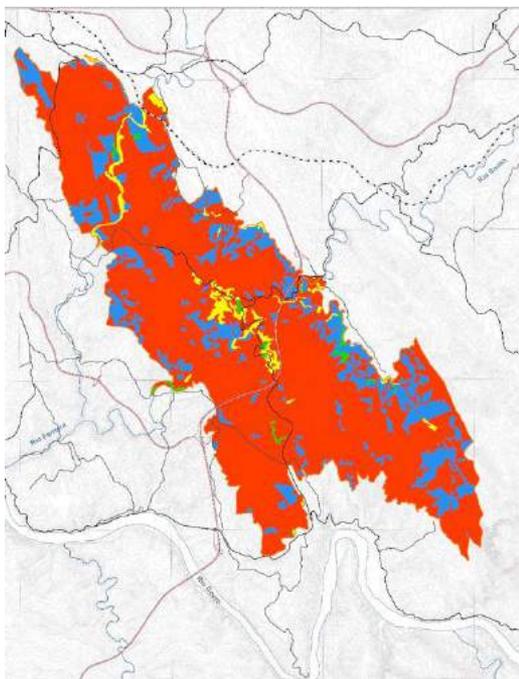
OS BIÓTOPOS/OS MICRO BIOTOPOS



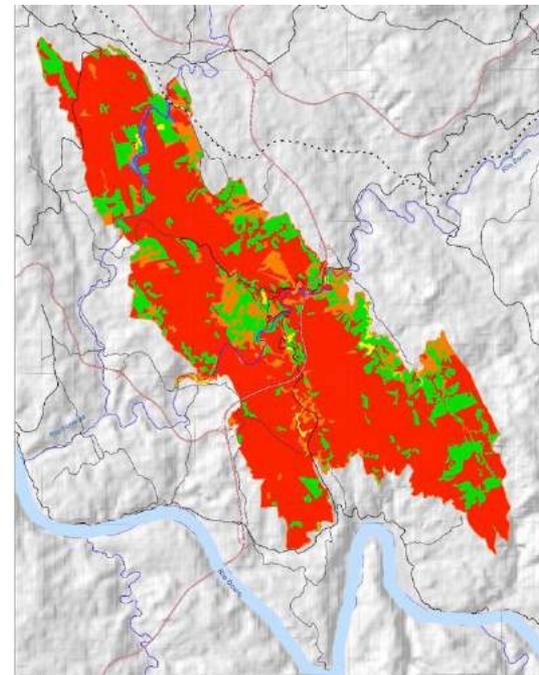
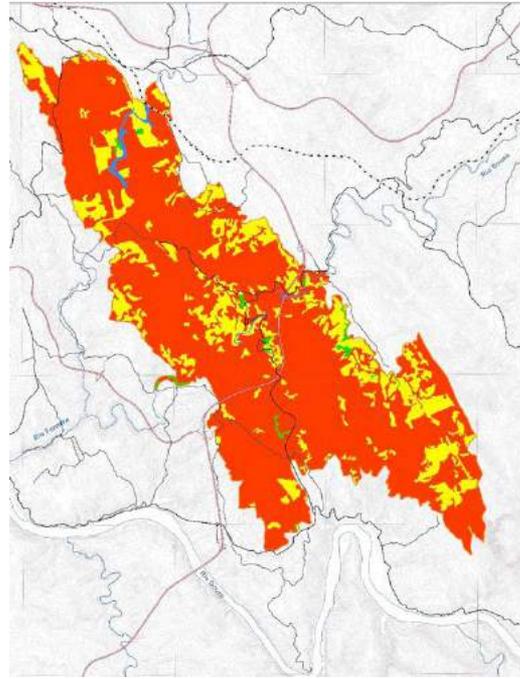
A BIODIVERSIDADE

Cartas de valoração

FLORA



TIPOS DE HABITAT



O PATRIMÓNIO CULTURAL: 6000 anos de presença humana

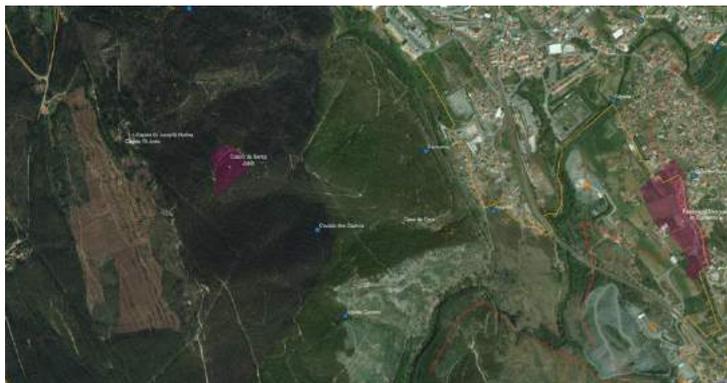
- IV^o milénio a.C. – A Pré-História
- II^o/I^o milénio a.C. – A Proto-História
- Séculos I^o d.C / IV^o d.C – A Romanização
- Séculos V^o d.C - VI^o d.C – Os Suevos
- Séculos IX – X – Reconquista cristã
- O Castelo de Aguiar de Sousa. Século X – Há mil anos
- Século XIII – Há 800 anos E o Julgado de Aguiar de Sousa
- Igreja de São Romão da paróquia de Aguiar de Sousa – Padroado régio

A MAMOIA DE BRANDIÃO



OS CRASTOS

Santa Justa, Couce, Pias, Santa Iria



OS ROMANOS E O CASO PARTICULAR DA MINERAÇÃO

O PSeP revela-se como um imenso complexo tecnológico de há cerca de 2000 anos, onde encontramos testemunhos da presença dos romanos e, muito particularmente, de uma extensiva e intensiva mineração e expressiva diversidade de modos de exploração do ouro.

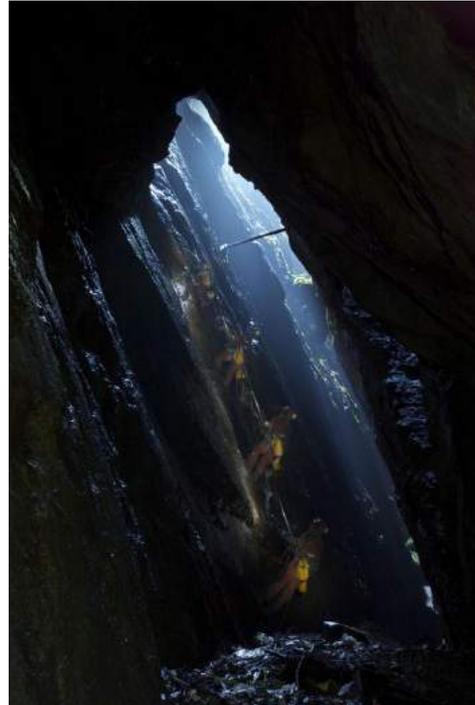


OS ROMANOS E O CASO PARTICULAR DA MINERAÇÃO

A mineração romana manifesta-se:

na exploração do primário

- em profundidade através da presença de extensos fojos (banjas), galerias e poços
- À superfície mediante extensas cortas que resultaram de um processo de fraturação das formações quartzíticas de dobras secundárias ricas em ouro

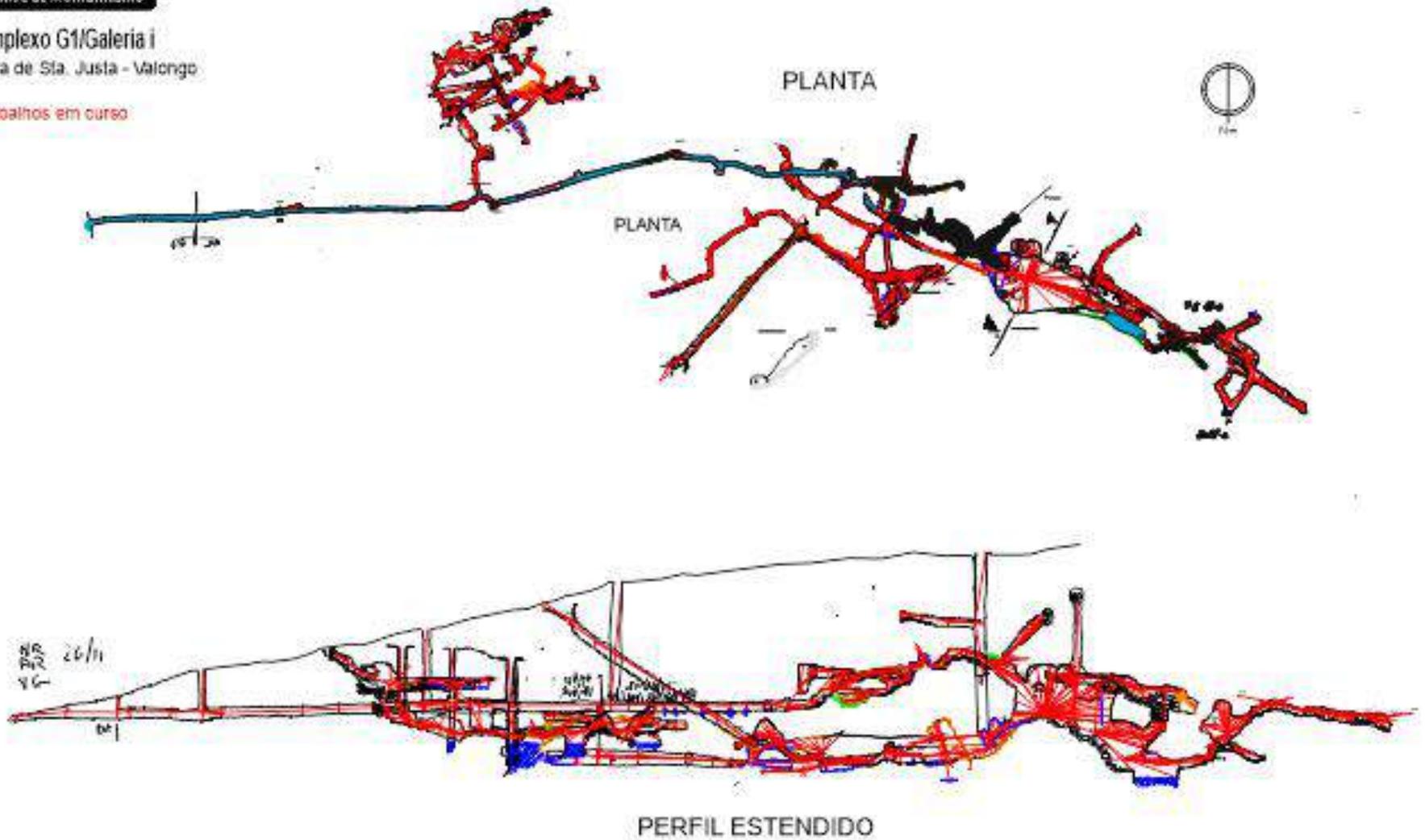


na exploração do secundário

- aluviões e
- principalmente nos coluviões

Complexo G1/Galeria I
Serra de Sta. Justa - Valongo

Trabalhos em curso



Mineração à superfície



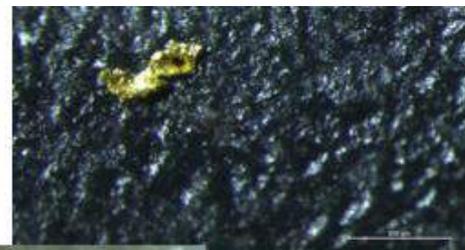
Estruturas hidráulicas



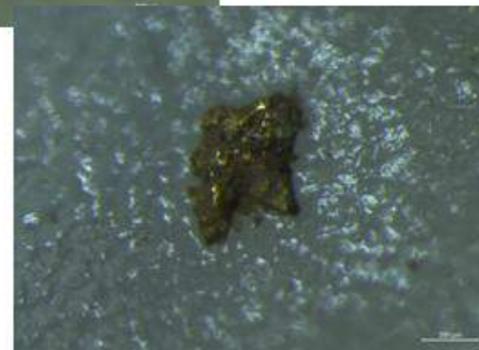
Mineração no secundário As conheiras



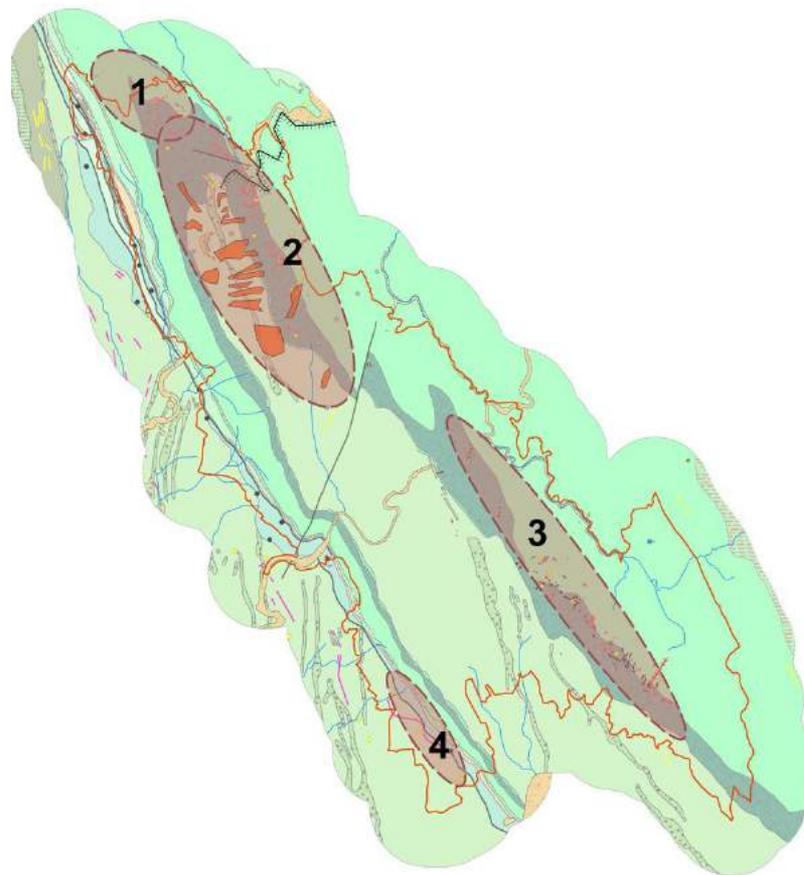
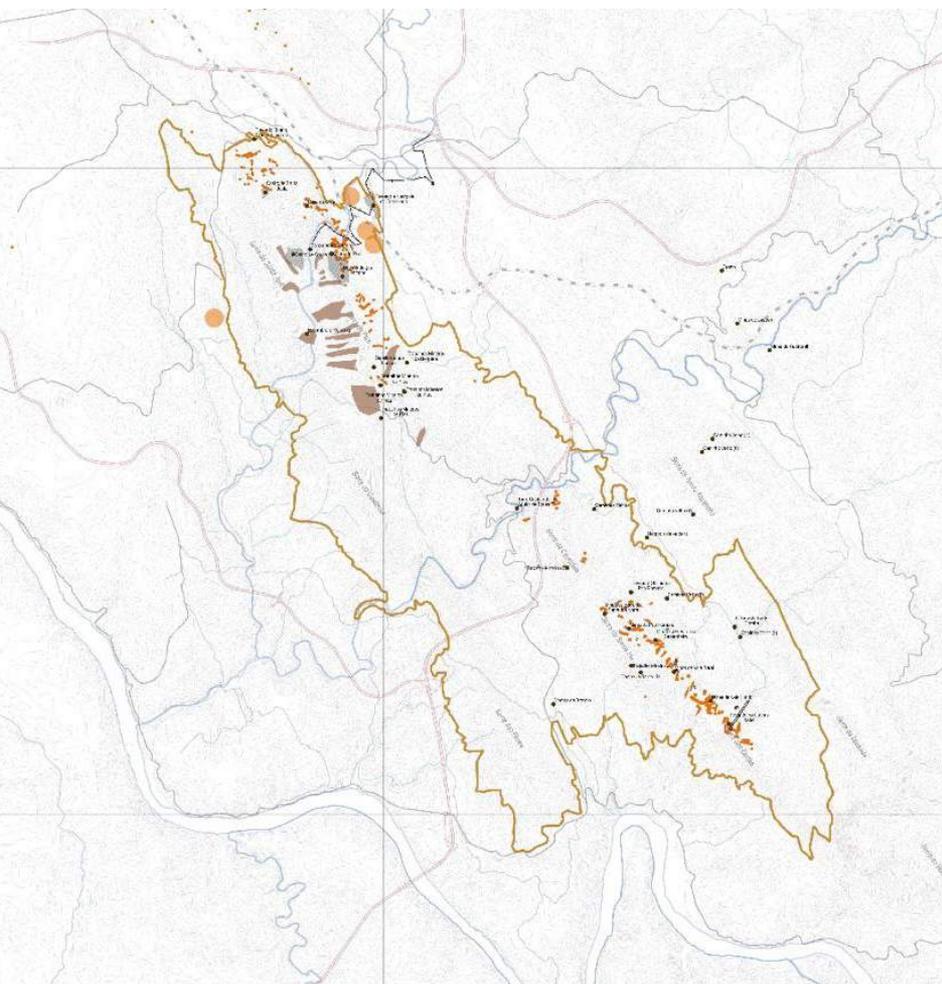
Mineração secundária No rio, nas aluviões ...



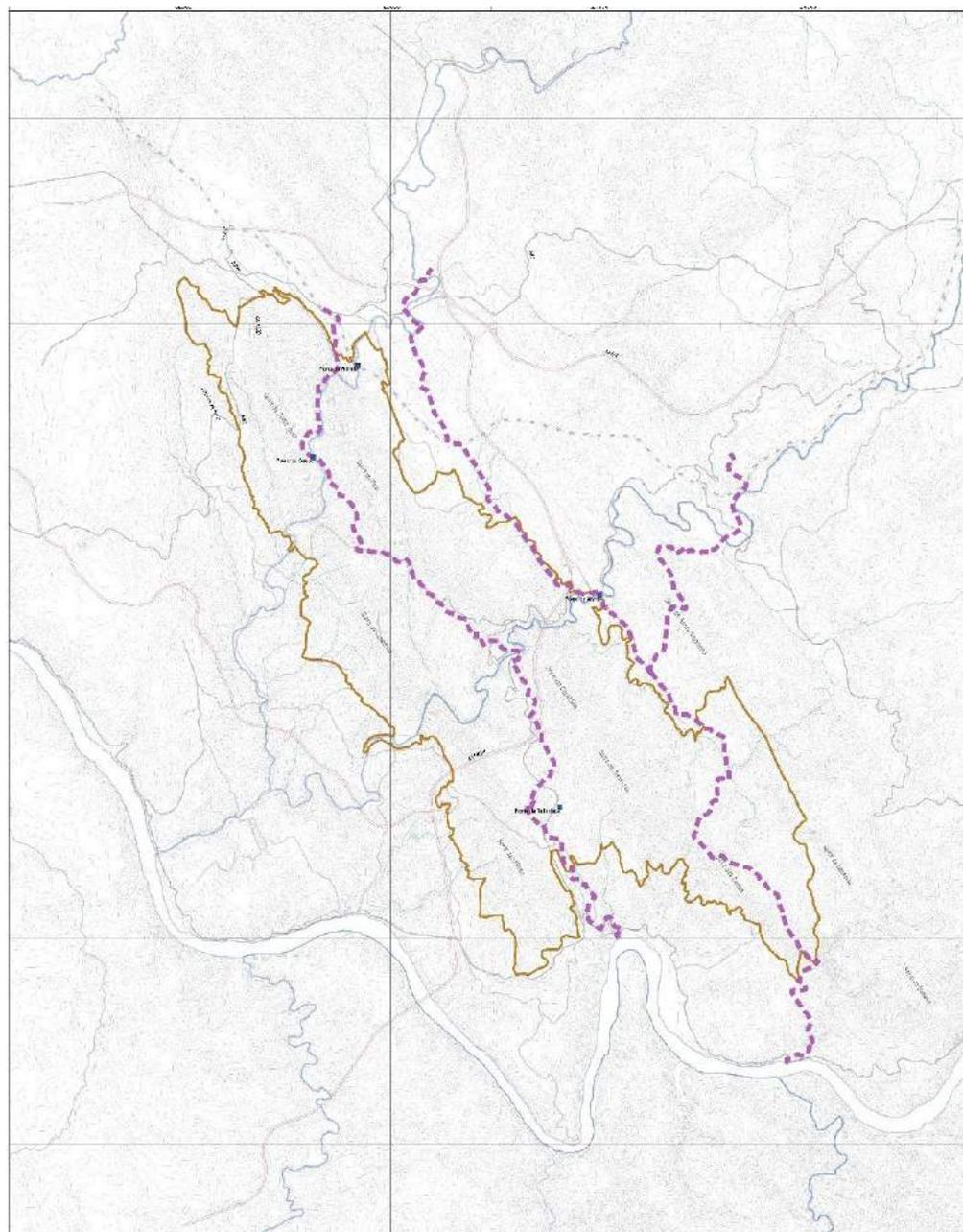
**Partículas
de ouro**



A MINERAÇÃO ROMANA NO PSEP



AS VIAS romano/medievais

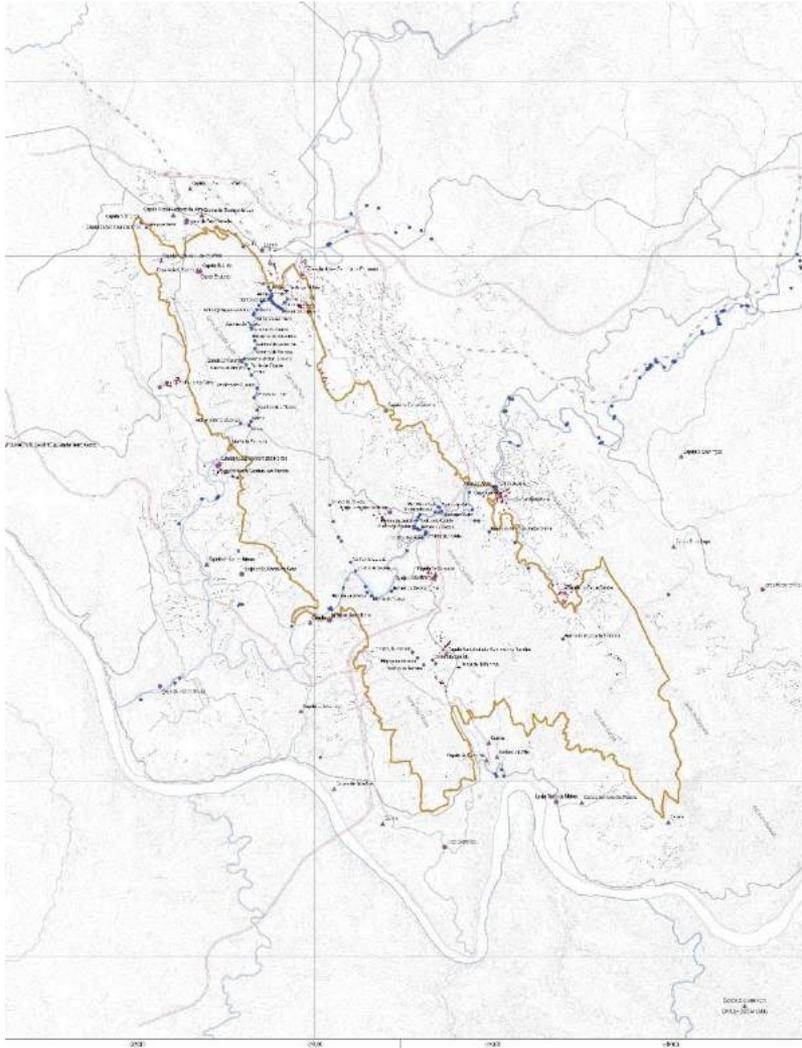


6000 ANOS DE PRESENÇA HUMANA

O património cultural

- IV^o milénio a.C. – A Pré-História
- II^o/I^o milénio a.C. – A Proto-História
- Séculos I^o d.C / IV^o d.C – A Romanização
- Séculos V^o d.C - VI^o d.C – Os Suevos
- Séculos IX – X – Reconquista cristã
- O Castelo de Aguiar de Sousa. Século X – Há mil anos
- Século XIII – Há 800 anos E o Julgado de Aguiar de Sousa
- Igreja de São Romão da paróquia de Aguiar de Sousa – Padroado régio

OS MOINHOS



AS CAPELAS



O CARVÃO

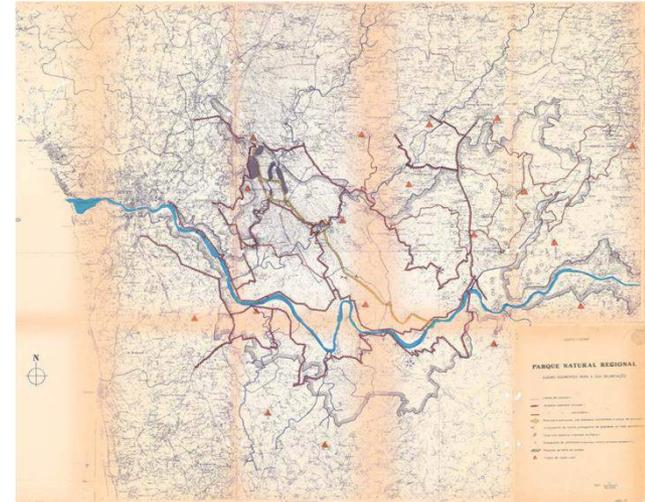


A LOUSA



DA IDEIA DO PARQUE À SUA CRIAÇÃO

Antão de Almeida Garrett, Johnson Marshall, Ilídio de Araújo (?) ... AMP ...AMPSeP



CARTAS DE SÍNTESE DE VALORES

OS VALORES NATURAIS

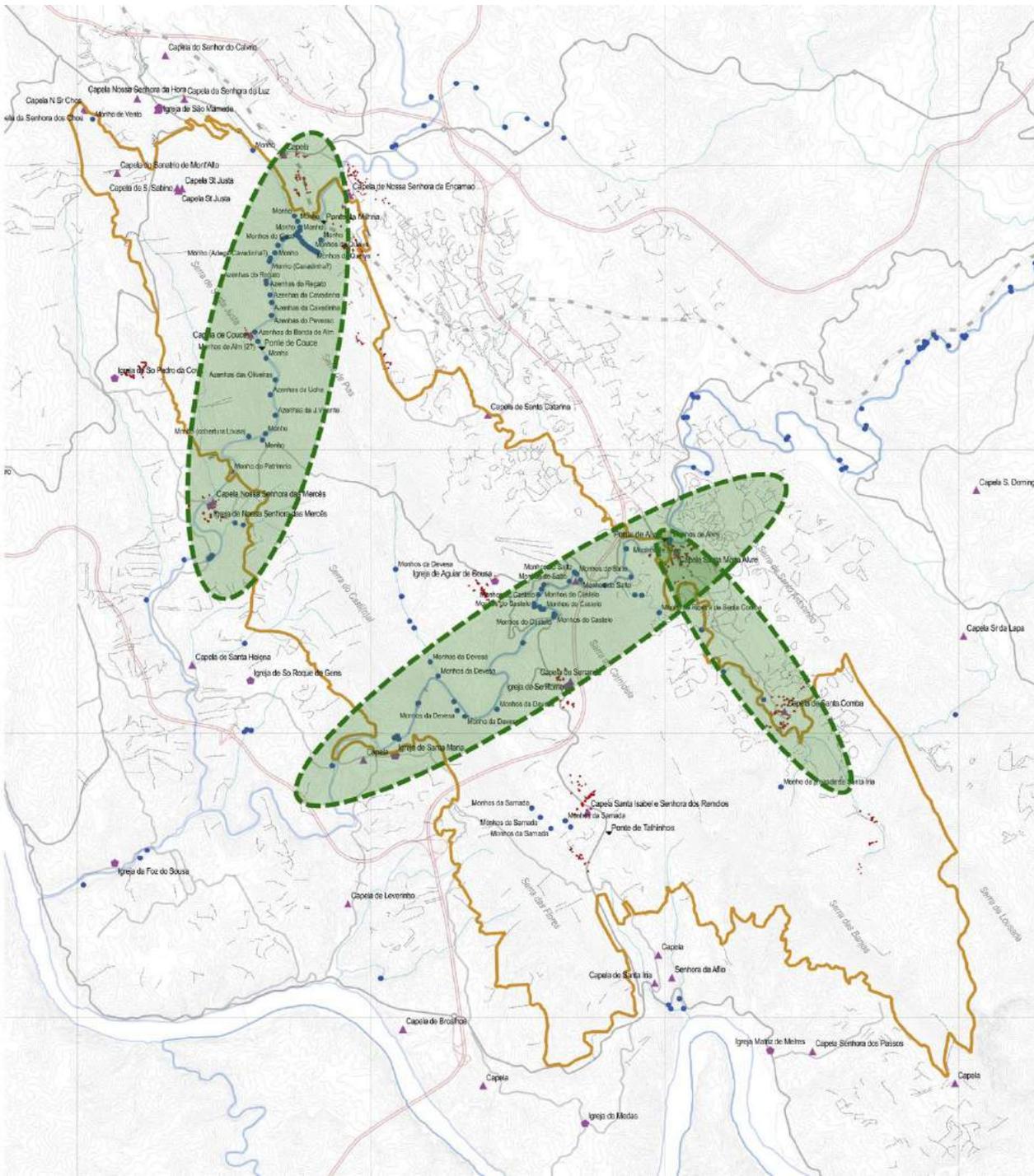
Os corredores ribeirinhos
com os seus moinhos e os
microbiótopos

O caso particular da MINERAÇÃO

A mineração romana
e a mineração moderna

OS VALORES CULTURAIS

Os corredores humanizados
As vias, os lugares, as capelas ...



Património natural e vernacular

Legenda

Limite da Área de Paisagem Protegida

Pontes

Moinhos

Muros

Muro de Alvenaria

Pedra Solta

Igrejas e Capelas

Capela

Igreja

Igreja Matriz

Valores edificados nos lugares

Linha de água principal

Linha de água secundária

Altimetria

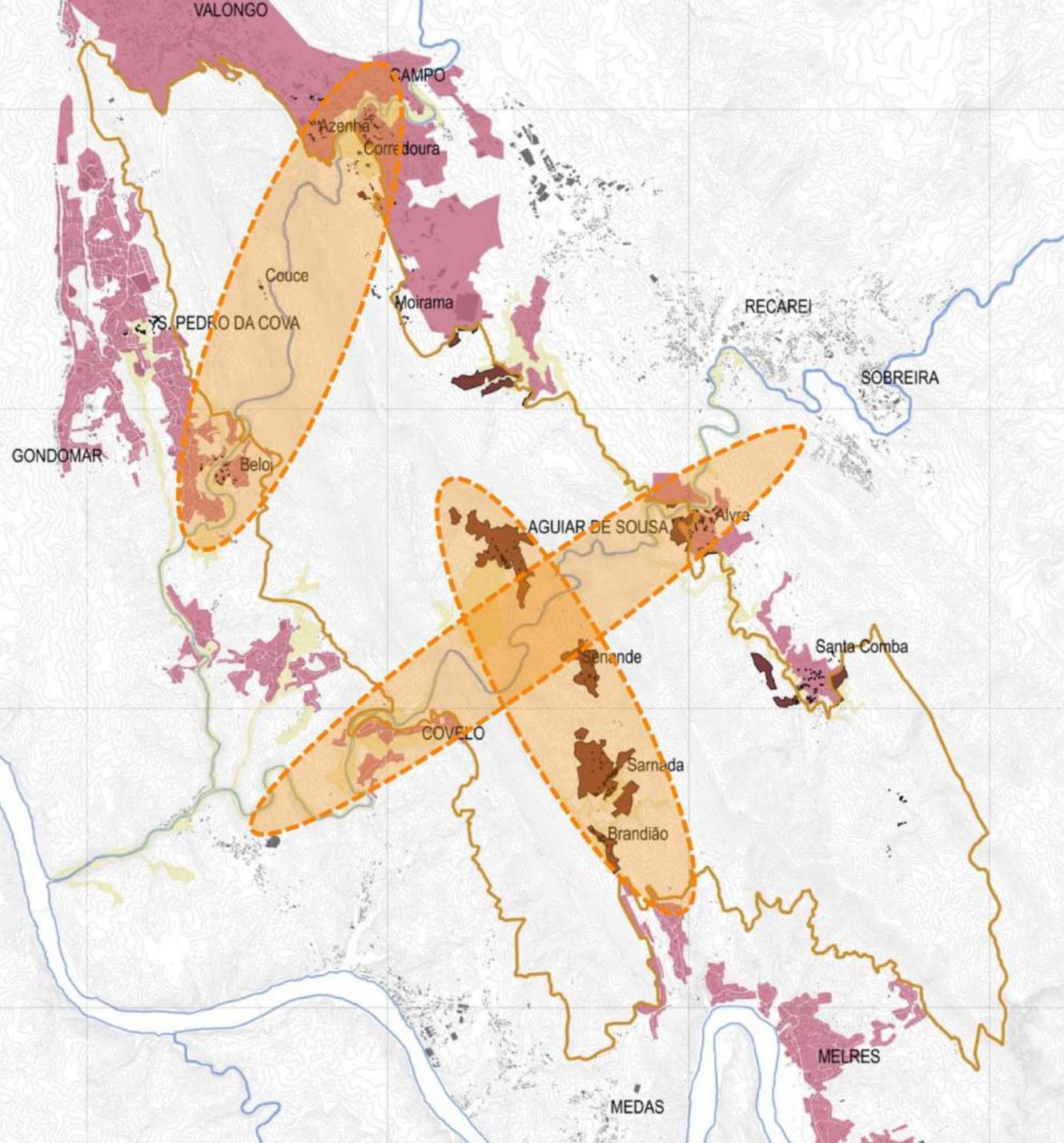
Estradas

Autoestrada

Caminho de Ferro

Estrada Municipal

Estrada Nacional



 **Património cultural**

Legenda

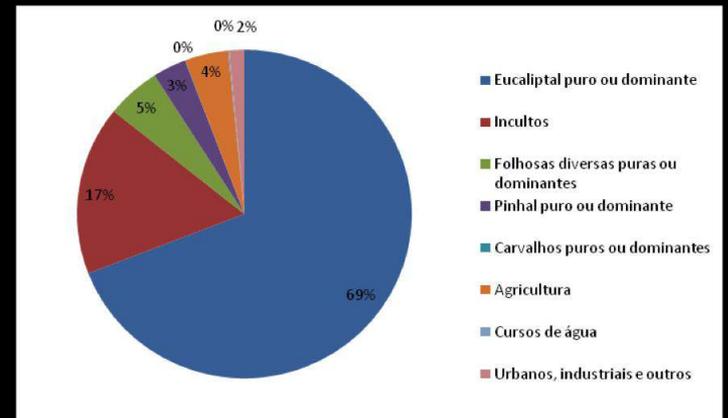
-  Limite da Área de Paisagem Protegida
- RAN
-  Reserva Agrícola Nacional
- Perímetros Urbanos
-  Perímetro Urbano no Parque
-  Perímetro Urbano Contíguo ao Parque

ALGUNS FENÓMENOS ASSOCIADOS À HISTÓRIA RECENTE DO PSEP

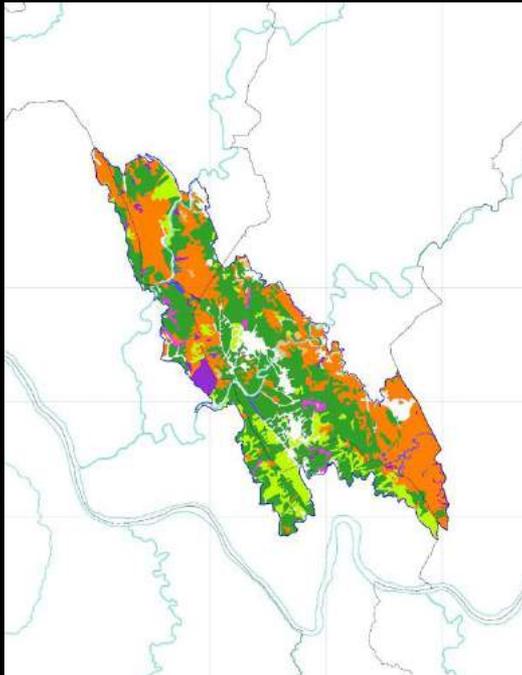
- A profunda alteração ocorrida num curto período de 10 anos, entre 1981 e 1990, decorrente da substituição de povoamentos puros de pinheiro bravo por povoamentos puros de eucalipto, relegando, progressivamente, para uma menor expressão as atividades extensivas, sobretudo da pastorícia, e a desvalorização dos matos.
- A predominância da produção de material lenhoso na paisagem do PSeP - e também nas suas envolventes não urbanas - com ou sem gestão, restando algumas manchas compostas por matos autóctones, pequenos bosquetes ou exemplares isolados de espécies arbóreas autóctones.
- O aparecimento de várias espécies exóticas invasoras lenhosas, com colonização relevante e elevado potencial de dispersão. Esta ocupação tem resultado num ciclo de retorno de fogo que, na realidade atual, põe em risco extremo ou inviabiliza financeiramente a valorização destes espaços.

- A RCM 142/97: a proposta do SITIO VALONGO (PTCON0024) como Sítio de Interesse Comunitário. A Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004 que, nos termos da Diretiva 92/43/CEE, adotou a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica incluindo o Sítio Valongo.
- A construção da A41, também conhecida por Cintura Regional Exterior do Porto (CREP), com 33 km de extensão e concluída em 2011.

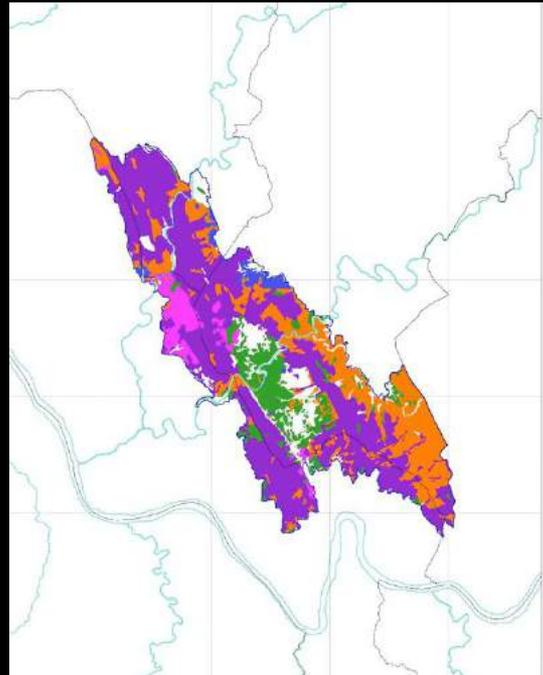
O USO DO SOLO



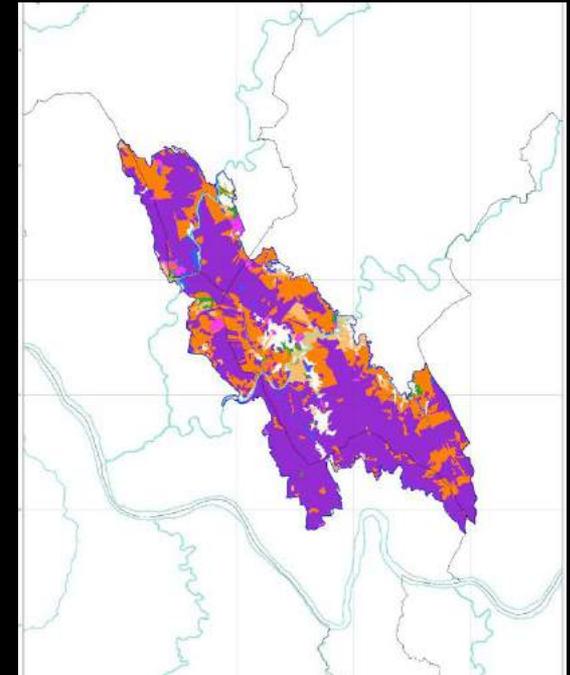
1981



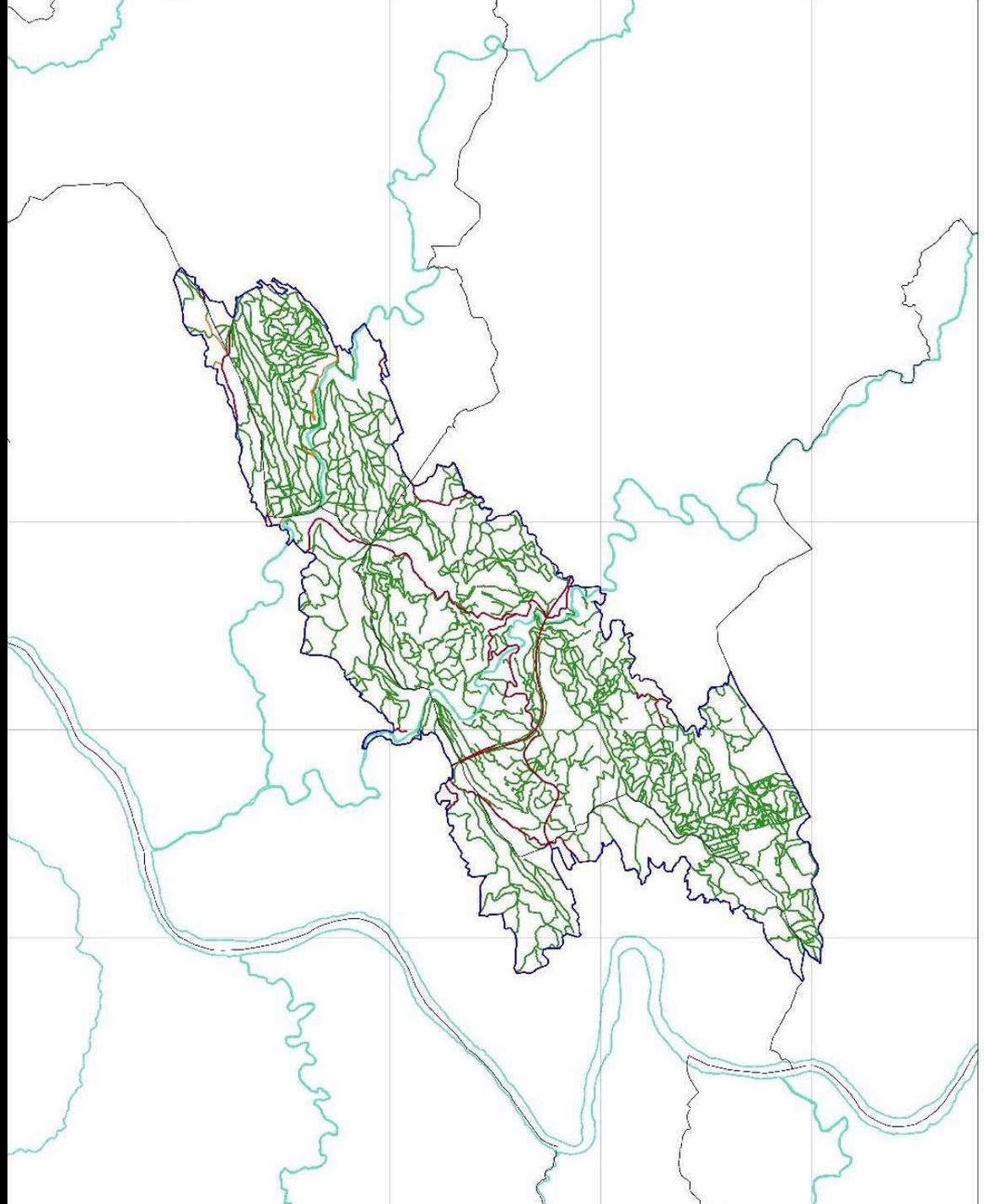
1990



2014

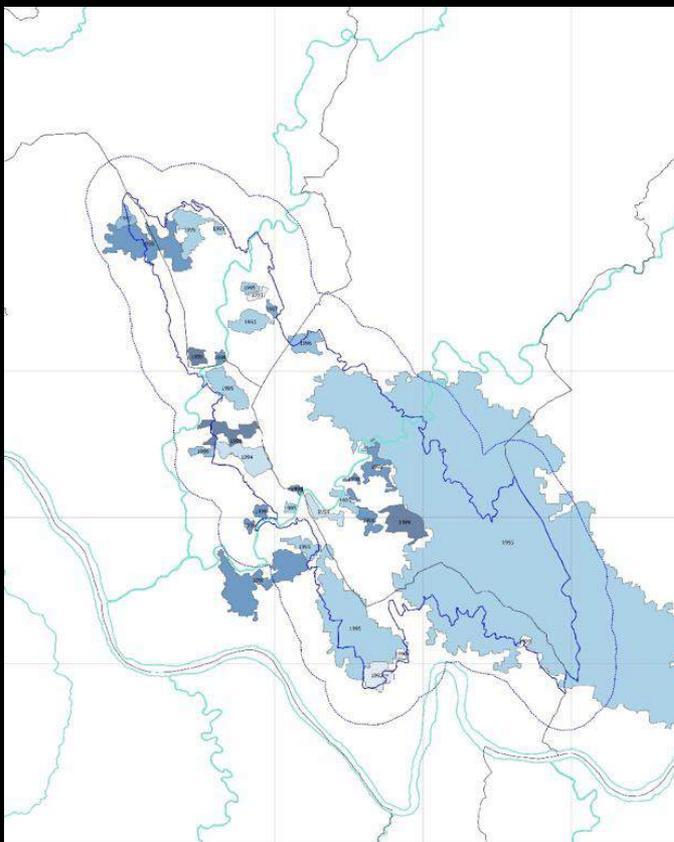


A REDE VIÁRIA

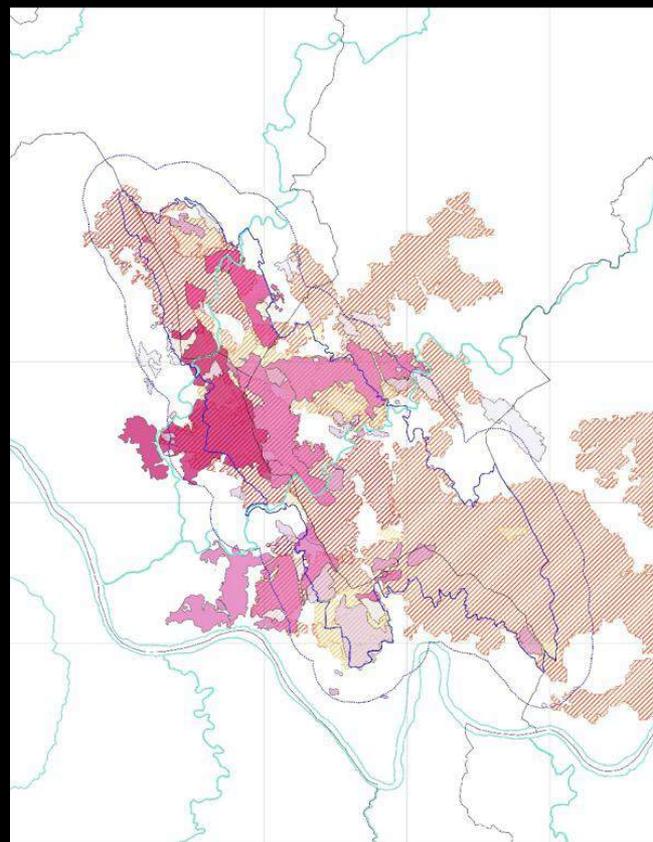


OS INCÊNDIOS

1990

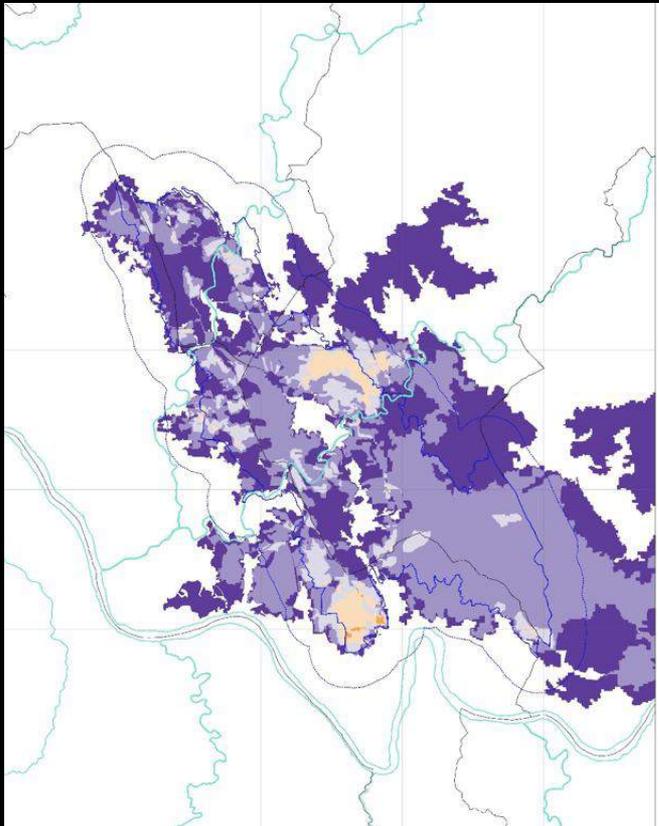


2000-2016

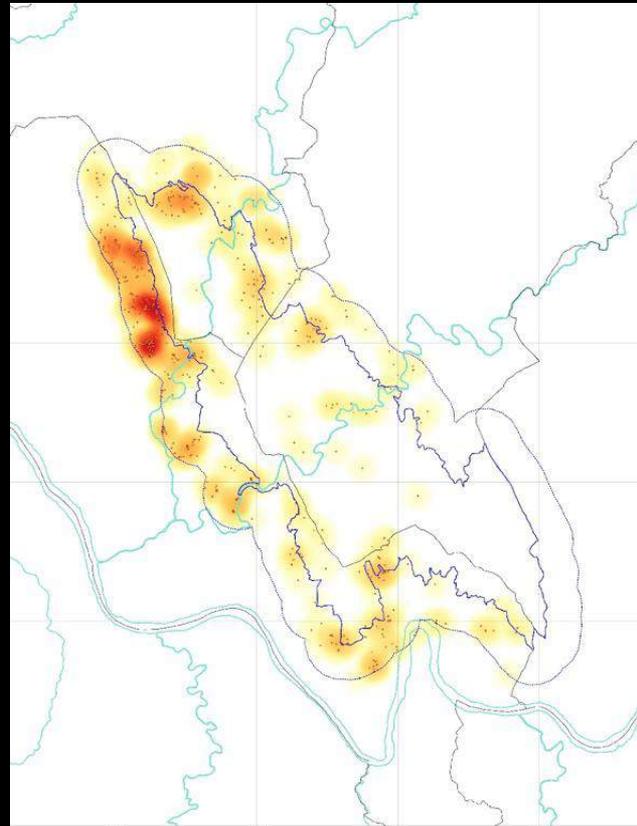


OS INCÊNDIOS

RECORRÊNCIA DE FOGO 1990-2016



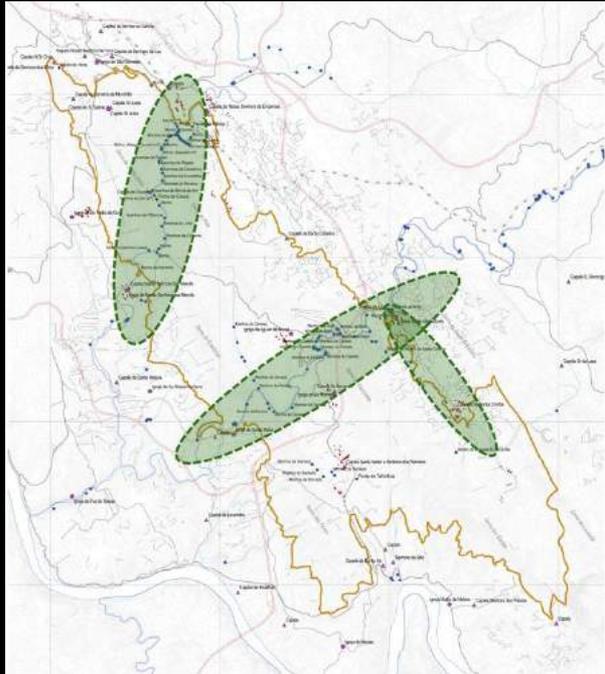
LOCALIZAÇÃO E DENSIDADE DE IGNIÇÕES



CARTAS DE SÍNTESE DE VALORES

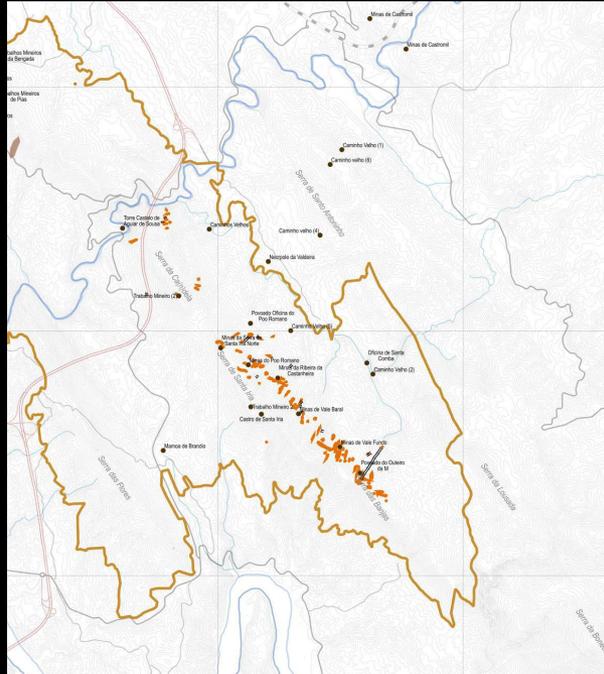
OS VALORES NATURAIS

Os corredores ribeirinhos com os seus moinhos e os microbiótopos



A MINERAÇÃO

A mineração romana e a mineração moderna



OS VALORES CULTURAIS

Os corredores humanizados
As vias, os lugares

